

Junqueira vai ao STF contra os cortes

23-5-93

BRASÍLIA — O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, quer impedir cortes na proposta orçamentária original do Ministério Público. Junqueira entrou ontem com mandado de segurança preventivo no Supremo Tribunal Federal (STF), para evitar que o Governo leve adiante a idéia de remeter ao Congresso Nacional a emenda ao Orçamento que deverá reduzir em 18,5% a programação no grupo Pessoal e Encargos Sociais e em 43% no grupo Despesas Correntes e de Ca-



pital. Junqueira considera que a iniciativa do corte de verbas é ofensiva à autonomia administrativa, funcional e financeira do Ministério Público.

Sorteado para ser o relator do recurso, o ministro Carlos Velloso deverá emitir um despacho liminar ainda hoje. Apesar de o mandado citar especificamente o caso do Ministério Público, não está totalmente descartada a possibilidade de uma decisão do Supremo contemplar todas as áreas que poderão ter suas propostas reduzidas.

O recurso de Junqueira questiona pessoalmente o presidente

Itamar Franco e ressalta o receio de retificações no projeto de Lei Orçamentária, enviado ao Legislativo em agosto. O procurador geral alega que a prometida redução foi decidida sem consulta ao Ministério Público sobre possíveis prejuízos.

Segundo o procurador-geral, a redução no grupo Pessoal e Encargos Sociais vai comprometer o ingresso de pessoal já habilitado em concurso público. Em relação às despesas correntes, os cortes deverão, de acordo com Junqueira, afetar a manutenção de atividades básicas. Impedirá, por exemplo, a instalação das Procuradorias em São Paulo e

Pernambuco e em 20 municípios contemplados pela criação de Justiça Federal de primeira instância.

O ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, afirmou ontem ao GLOBO que foi ao STF explicar ao ministro Octávio Gallotti o motivo dos cortes propostos pelo Executivo para o Orçamento da União. Segundo ele, a determinação foi do presidente da República e, com isso, é possível haver novas alterações no orçamento. O ministro não quis comentar o mandado de segurança impetrado por Aristides Junqueira.



Aristides Junqueira: manutenção de verbas para o Ministério Público